



**Ministério das Finanças  
e do Fomento Empresarial**

**Direção Nacional do Orçamento  
e da Contabilidade Pública**

# **OE 2024**

## **SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE FEVEREIRO**

**Março 2024**

## ÍNDICE

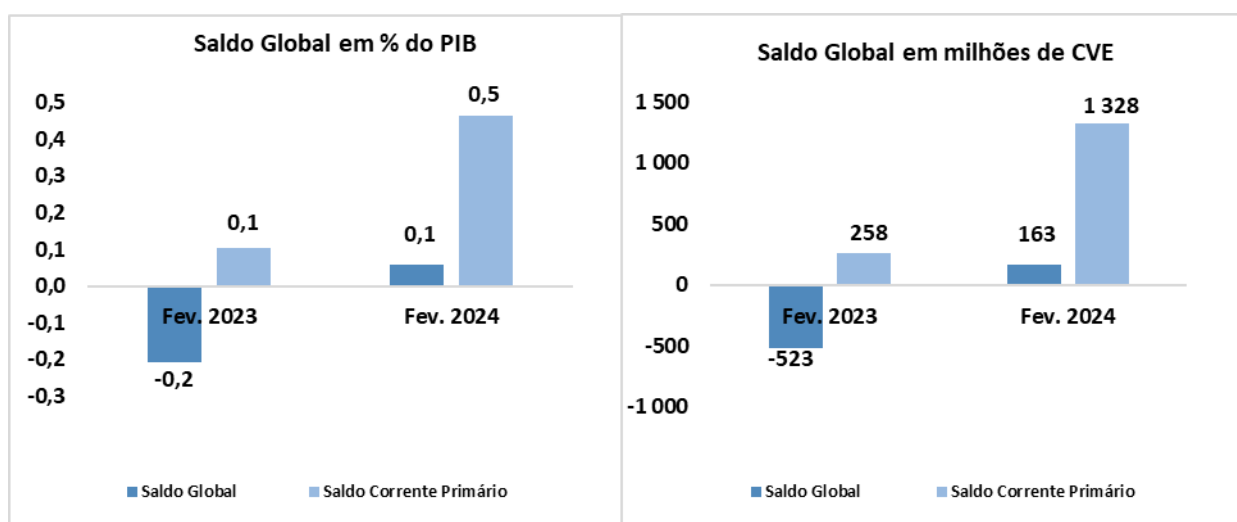
<b>1.</b>	<b>Síntese Geral de Execução Orçamental</b> .....	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>Análise das Receitas Totais</b> .....	<b>5</b>
<b>2.1.</b>	<b>Receitas (não inclui venda de ativos)</b> .....	<b>6</b>
<b>2.2.</b>	<b>Venda de Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>9</b>
<b>3.</b>	<b>Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>9</b>
<b>3.1.</b>	<b>Por Classificação Económica</b> .....	<b>9</b>
<b>3.2.</b>	<b>Despesas</b> .....	<b>10</b>
<b>3.2.1.</b>	<b>Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>12</b>
<b>3.3.</b>	<b>Por Tipo de Financiamento</b> .....	<b>12</b>
<b>4.</b>	<b>Dívida Pública</b> .....	<b>13</b>

### 1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global provisório, em fevereiro de 2024, foi positivo em 163,0 milhões de CVE, traduzindo-se num superavit de 0,1% do PIB. Esse resultado reflete uma melhoria de 0,3 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2023.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 0,4 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 0,5%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em fevereiro de 2024, comparativamente ao mesmo período de 2023, decorrem:

- Do aumento das receitas totais em 14,3% (+1.214,2 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- Do acréscimo das despesas totais em 3,0% (+267,5 milhões de CVE), registando aumento em quase todas as rubricas, com exceção das despesas com pessoal e dos juros correntes.
- Do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 165,8% (+260,6 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo do ano transato.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2023		2024		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Fev	Orç. Inicial	Fev		
<b>1. Total Receitas</b>	<b>64 238</b>	<b>8 470</b>	<b>77 050</b>	<b>9 684</b>	<b>12,6</b>	<b>14,3</b>
<b>1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)</b>	<b>58 230</b>	<b>8 075</b>	<b>70 640</b>	<b>9 503</b>	<b>13,5</b>	<b>17,7</b>
Impostos	44 350	7 032	55 281	8 085	14,6	15,0
Segurança Social	71	7	56	2	4,0	-68,9
Transferências (donativos)	6 009	395	6 410	181	2,8	-54,0
Corrente	2 970	131	5 888	116	2,0	-11,3
Capital	3 038	264	521	66	12,6	-75,2
Outras Receitas	13 808	1 036	15 303	1 415	9,2	36,5
<b>2. Total Despesas</b>	<b>66 108</b>	<b>8 836</b>	<b>74 417</b>	<b>9 104</b>	<b>12,2</b>	<b>3,0</b>
Despesas com Pessoal	24 581	3 610	26 961	3 417	12,7	-5,3
Aquisição de Bens e Serviços	14 765	1 376	16 960	1 559	9,2	13,3
Juros Correntes	5 877	875	6 238	809	13,0	-7,5
Subsídios	2 022	351	1 870	366	19,6	4,2
Transferências	6 502	801	7 867	985	12,5	23,0
Corrente	5 899	788	7 340	981	13,4	24,6
Capital	604	14	527	4	0,7	-72
Benefícios Sociais	9 143	1 471	10 740	1 557	14,5	5,8
Outras despesas correntes	3 218	203	3 780	248	6,6	21,8
Valor a regularizar	0	149	0	163	0,0	9,5
<b>3. Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-1 869</b>	<b>-366</b>	<b>2 633</b>	<b>581</b>	<b>22,1</b>	<b>-258,7</b>
<b>4. Ativos não Financeiros</b>	<b>11 156</b>	<b>157</b>	<b>10 810</b>	<b>418</b>	<b>3,9</b>	<b>165,8</b>
Compra ativos não financeiros	11 904	160	11 532	426	3,7	166,8
Venda ativos não financeiros	747	3	722	8,4	1,2	230,2
<b>5. Saldo Global (1-2-4)</b>	<b>-13 026</b>	<b>-523</b>	<b>-8 177</b>	<b>163</b>	<b>-2,0</b>	<b>-131,2</b>
Saldo global (em percentagem do PIB)	-5,4	-0,2	-3,1	0,1	-	-
Saldo Corrente Primario	1 573	258,0	8 877	1 328	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,7	0,1	3,4	0,5	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-7 149	351,5	-1 938	972	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-2,9	0,1	-0,7	0,3	-	-
<b>6. Financiamento</b>	<b>13 026</b>	<b>883</b>	<b>8 177</b>	<b>-475</b>	-	-
<b>6.1 Ativos Financeiros</b>	<b>1 955</b>	<b>-1 458</b>	<b>657</b>	<b>4 931</b>	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	194	44	247	9	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-1 851	-6	-516	-13	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 200	-1 755	-2 600	-750	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Alienação	2 123		2 311	1 323	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	3 685	258	1 215	4 362	-	-
<b>6.2 Passivos Financeiros</b>	<b>11 071</b>	<b>2 341</b>	<b>7 520</b>	<b>-1 045</b>	-	-
<b>Interno líquido</b>	<b>6 641</b>	<b>661</b>	<b>6 343</b>	<b>-714</b>	-	-
Sistema bancário	0	1 006	0	2 111	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Aquisições	16 650		15 674		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações	-9 823		-9 284		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-187	-16	-47	-10	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV	0	104	0	194	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	0	-1 008	0	-1 055	-	-
Outras operações de tesouraria	0	658	0	227	-	-
Sistema não bancário	0	-83	0	2 180	-	-
<b>Externo líquido</b>	<b>4 430</b>	<b>1 680</b>	<b>1 177</b>	<b>-330</b>	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	15 013	2 650	11 970	764	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-10 606	-970	-10 793	-1 094	-	-
<b>7.GAP Financiamento (5 - 6)</b>	<b>0</b>	<b>360</b>	<b>0</b>	<b>-312</b>	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

## 2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até fevereiro de 2024 cifraram-se em 9.692,7 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 14,4%, comparativamente ao período homólogo.

**Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais**

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2023		2024		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Fev	Orç. Inicial	Fev		
<b>Impostos</b>	<b>44 350</b>	<b>7 032</b>	<b>55 281</b>	<b>8 085</b>	<b>14,6</b>	<b>15,0</b>
<b>Imposto único sobre rendimentos</b>	<b>10 968</b>	<b>1 117</b>	<b>12 180</b>	<b>1 143</b>	<b>9,4</b>	<b>2,3</b>
IR-PS	6 923	951	7 699	935	12,1	-1,7
IR-PC	4 045	165	4 481	208	4,6	25,8
<b>Outros impostos directos</b>	<b>165</b>	<b>155</b>	<b>654</b>	<b>159</b>	<b>24,3</b>	<b>2,2</b>
Tributo Especial Unificado - TEU	132	155	654	158	24,2	1,9
Taxa de Incêndio	33	0	1	0	79,0	1056,6
<b>Imposto sobre bens e serviços</b>	<b>23 037</b>	<b>4 114</b>	<b>28 592</b>	<b>4 891</b>	<b>17,1</b>	<b>18,9</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	17 939	3 206	21 692	3 925	18,1	22,4
IVA DGA	9 551	1 539	12 904	1 667	12,9	8,3
IVA DGI	8 389	1 667	8 789	2 258	25,7	35,4
Imposto consumo especial	2 605	506	3 672	482	13,1	-4,7
Taxa de Tabaco	470	26	628	42	6,8	65,3
Contribuição turística	946	225	1 471	294	20,0	30,3
Taxa ecológica	756	109	800	102	12,8	-6,3
Taxa estatística aduaneira	320	43	327	46,4	14,2	9,0
<b>Impostos sobre transações internacionais</b>	<b>9 351</b>	<b>1 490</b>	<b>12 914</b>	<b>1 727</b>	<b>13,4</b>	<b>15,9</b>
Direitos de importação	8 991	1 423	12 366	1 661	13,4	16,7
Taxa comunitaria CEDEAO	360	67	548	66	12,1	-0,7
<b>Outros impostos</b>	<b>829</b>	<b>155</b>	<b>941</b>	<b>165</b>	<b>17,6</b>	<b>6,6</b>
Imposto de selo	769	144	876	159	18,1	10,6
Imposto especial sobre jogos	60	11	65	6	10,0	-43,1
<b>Segurança Social</b>	<b>71</b>	<b>7</b>	<b>56</b>	<b>2</b>	<b>4,0</b>	<b>-68,9</b>
Taxa social única	0	0	0	0	0,0	0,0
Contribuições para a segurança social	71	7	56	2	4,0	-68,6
<b>Transferências</b>	<b>6 009</b>	<b>395</b>	<b>6 410</b>	<b>181,5</b>	<b>2,8</b>	<b>-54,0</b>
De Governos Estrangeiros	5 225	296	5 402	101	1,9	-65,8
Ajuda Orçamental	849	110	1 410	55	3,9	-50,0
Ajuda Alimentar	98	20	214	10	4,9	-48,7
Donativos directos	4 278	166	3 777	36	0,9	-78,4
De Organizações Internacionais	302	36	521	18	3,4	-51,3
Das Administrações Públicas	481	62	487	63	12,9	0,1
<b>Outras Receitas</b>	<b>13 808</b>	<b>1 036</b>	<b>15 303</b>	<b>1 415</b>	<b>9,2</b>	<b>36,5</b>
Rendimentos de propriedade	5 562	20	4 619	313	6,8	1475,7
Venda de bens e serviços	6 716	905	8 258	963	11,7	6,4
Multas e outras penalidades	361	68	1 013	84	8,3	24,3
Outras transferências	391	11	456	21	4,5	82,3
Outras receitas diversas e não especificadas	778	32	958	34	3,6	6,8
<b>Receitas</b>	<b>64 238</b>	<b>8 470</b>	<b>77 050</b>	<b>9 684</b>	<b>12,6</b>	<b>14,3</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>747</b>	<b>3</b>	<b>722</b>	<b>8</b>	<b>1,2</b>	<b>230,2</b>
Ativos não Financeiros	747	3	722	8	1,2	230,2
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>64 986</b>	<b>8 473</b>	<b>77 772</b>	<b>9 693</b>	<b>12,5</b>	<b>14,4</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

### 2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até fevereiro de 2024, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 9.684,4 milhões de CVE, registando um acréscimo de 14,3%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+2,3%), dos impostos indiretos (+17,8%), das outras receitas (+36,5%) e por outro lado da diminuição da segurança social (-68,9%) e das transferências (-54,0%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 2,3% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 934,9 milhões de CVE, registando uma diminuição em relação ao mesmo período do ano anterior, na ordem 1,7% (-16,4 milhões de CVE), resultante da evolução negativa das categorias B e E em 21,0% e 11,5%, respetivamente. Comparativamente à previsão, verificou-se que todas as categorias ficaram abaixo do montante previsto, em (-348,2 milhões de CVE; -27,1%).
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período em análise em 208,0 milhões de CVE, dos quais, 200,1 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 7,9 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no período homólogo anterior, em 42,6 milhões de CVE (+25,8%) e abaixo da previsão em -538,8 milhões de CVE (-72,1%).
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 158,4 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 3,0 milhões de CVE (+1,9%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pela cobrança de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 15,3 milhões de CVE.
- A cobrança da Taxa de Incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de junho com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 17,8% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 3.924,7 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 719,0 milhões de CVE (+22,4%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 8,3% (+128,4 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 35,4% (+590,6 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente, nos setores de:
  - alojamento e restauração (+320,9 milhões de CVE; +58,2%);
  - atividades de informação e comunicação (+63,0 milhões de CVE; +51,6%); e
  - indústrias transformadoras (+60,9 milhões de CVE; +36,9%).

Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 14,5 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.399 em fevereiro de 2023 para 1.552 em fevereiro de 2024.

- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 293,6 milhões de CVE, registando um aumento face ao montante cobrado em igual período do ano anterior em (+68,2 milhões de CVE; +30,3%), justificado pelo aumento substancial da procura turística. Em relação à previsão, verificou-se também, uma cobrança acima do montante estipulado para o período em 48,4 milhões de CVE (+19,8%).
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 15,9% (+236,8 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2023, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 16,7% (+237,3 milhões de CVE), justificado pelo aumento do volume da importação, e também se verificou um ligeiro decréscimo na arrecadação da Taxa Comunitária CEDEAO de 0,7% (-0,5 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto totalizou o montante de 158,7 milhões de CVE, dos quais 87,9 milhões de CVE provenientes das operações financeiras e 70,8 milhões de CVE dos atos jurídicos documentados, registando um acréscimo de

15,2 milhões de CVE (+10,6%) face ao período homólogo anterior e um acréscimo de 12,7 milhões de CVE (+8,7%) quando comparado com a cobrança prevista para o período.

- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 6,5 milhões de CVE, registando um decréscimo de 4,9 milhões de CVE, face ao período homólogo.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 46,4 milhões de CVE correspondente a um acréscimo de 3,8 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 181,5 milhões de CVE, traduzindo-se num decréscimo de 54,0% (-213,4 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2023. Esta diminuição decorre do decréscimo das transferências de governos estrangeiros em 195,0 milhões de CVE, das transferências de organizações internacionais em 18,5 milhões de CVE, bem como ligeiro aumento nas transferências às administrações públicas em +0,1 milhões de CVE.

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 36,5% (+378,7 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela performance das seguintes rubricas:

- Rendimentos de propriedade (+292,8 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela venda da participação das ações da Caixa Económica de Cabo Verde e da renda de outras concessões;
- Venda de bens e serviços (+57,9 milhões de CVE), decorrente da taxa de Segurança Aeroportuária e da taxa de serviços de secretaria;
- Multas e outras penalidades (+16,5 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora; e
- Outras transferências (+9,3 milhões de CVE).



## 2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em fevereiro de 2024, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um acréscimo de 5,8 milhões de CVE comparativamente ao mesmo período de 2023, em face as vendas pontuais não registadas no ano passado.

## 3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

### 3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais (incluindo ativos não financeiros), em fevereiro de 2024, atingiram os 9.529,8 milhões de CVE, registando um acréscimo de 5,9% em relação ao período homólogo de 2023.

**Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica**

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2023		2024		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Fev	Orç. Inicial	Fev		
Despesas com Pessoal	24 581	3 610	26 961	3 417	12,7	-5,3
Remuneração Certas e Permanentes	22 414	3 229	24 728	3 316	13,4	2,7
Segurança Social	2 167	381	2 233	101	4,5	-73,4
Aquisição de Bens e Serviços	14 765	1 376	16 960	1 559	9,2	13,3
Juros Correntes	5 877	875	6 238	809	13,0	-7,5
Dívida interna	2 315	511	3 827	466	12,2	-8,7
Dívida externa	3 486	336	2 313	342	14,8	1,8
Outros encargos	77	27	98	0	0,0	-100,0
Subsidios	2 022	351	1 870	366	19,6	4,2
Transferências Correntes	6 502	801	7 867	985	12,5	23,0
Governos Estrangeiros	598	48	603	27	4,5	-43,6
Organismos Internacionais	474	3	472	49	10,4	1 360,3
Administração Pública	5 431	750	6 676	901	13,5	20,2
Para Outras Entidades			117	8	6,7	0,0
Benefícios Sociais	9 143	1 471	10 740	1 557	14,5	5,8
Outras Despesas Correntes	3 218	203	3 780	248	6,6	21,8
Valor a regularizar	0	149	0	163	0,0	9,5
<b>Despesas</b>	<b>66 108</b>	<b>8 836</b>	<b>74 417</b>	<b>9 104</b>	<b>12,2</b>	<b>3,0</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>11 904</b>	<b>160</b>	<b>11 532</b>	<b>426</b>	<b>3,7</b>	<b>166,8</b>
Ativos não Financeiros	11 904	160	11 532	426	3,7	166,8
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>78 012</b>	<b>8 996</b>	<b>85 949</b>	<b>9 530</b>	<b>11,1</b>	<b>5,9</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF

### 3.2. Despesas

A 31 de fevereiro de 2024, as despesas (excluindo ativos não financeiros) executadas totalizaram o montante de 9.103,6 milhões de CVE, registando um acréscimo de 3,0% em relação ao executado em 2023. Esta evolução resultou do aumento da execução de despesas nomeadamente, Aquisição de bens e serviços (+13,3%), Subsídios (+4,2%), Transferências (+23,0%), Benefícios Sociais (+5,8%), Outras Despesas (+21,8%), conjugado com a diminuição Despesa com o Pessoal (-5,3%), Juros correntes (-7,5%), conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um decréscimo na ordem dos 5,3% (-192,0 milhões de CVE), decorrente de despesas com as contribuições para segurança social;
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 13,3% (+182,7 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
  - i. Outros Serviços (+63,7 milhões de CVE), no âmbito da implementação dos seguintes projetos: “Qualificação das Localidades”, “Aldeias Turísticas Rurais”, “Promoção Imagem do Turismo” “Qualificação das Localidades” ambos financiados com recursos consignados pelo fundo do turismo e “Gestão e Apoio a Inspeção Zoo e Fitossanitária”;
  - ii. Assistência Técnica – Não Residentes (+24,1 milhões de CVE) no âmbito de novos projetos “Capital Humano - Setor Educação”, “Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago”, “Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul em Cabo Verde/UGPE”, “Passaporte Eletrónico - PEC”, “Título de Residência de Estrangeiros - TRE” e “Promoção Imagem do Turismo;
  - iii. Medicamento (+23,9 milhões de CVE), referente a pagamentos de faturas junto da Emprofac, bem como o fornecimento de produtos farmacêuticos para as estruturas públicas de saúde;
  - iv. Honorários (+12,1 milhões de CVE), com destaque, Ministério da Saúde, das Finanças e do Fomento Empresarial, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e da Agricultura e Ambiente;

- v. Outros Bens (+25,3 milhões de CVE), no setor da Agricultura e Ambiente no programa “Programa de emergência para mitigação da Seca - salvamento de gado”; e
  - vi. Energia Elétrica (+28,5 milhões de CVE), Como consequência da recentragem do tempo médio do pagamento e do aumento de preço, sendo essa execução com maior ênfase nos setores da Educação, da Administração Interna, da Saúde, das Finanças e do Fomento Empresarial e da Agricultura e Ambiente.
- A despesa com os juros registou um decréscimo de 7,5% (-66,0 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2023, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 1,8% (+6,0 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2023 e da componente interna em -8,7% (-44,6 milhões de CVE).
  - Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 4,2% (+14,7 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2023. Derivado dos subsídios às empresas de eletricidade, no âmbito da medida adicional de empoderamento das famílias pobres ao consumo digno de energia elétrica e do reforço institucional e melhoria do ambiente de negócio.
  - Os “Benefícios Sociais” aumentaram 5,8% (+85,6 milhões de CVE), decorrente do aumento atribuído pelo Governo às pensões, nos termos do número 5 do artigo 10º da Lei do OE 2024, bem como da dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, traduzindo num aumento dos encargos com as pensões de aposentação em 6,1% (+58,4 milhões de CVE), pensões do regime não contributivo em 6,6% (+21,5 milhões de CVE) e pensões de sobrevivência em +7,0 milhões de CVE.
  - As “Transferências” tiveram um agravamento de 23,0% (+183,9 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica “Municípios corrente” em 37,4% (+217,6 milhões de CVE), no âmbito do acordo de crédito novos bloco residencial Sal e Boavista, Desembolso da 2ª requalificação Praia Curraletes decorrente dos contratos programas financiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Turismo”.

- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um acréscimo de 21,8% (+44,4 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2023, justificado pelas rubricas seguros 28,6% (+4,3 milhões de CVE), bolsa de estudo e outros benefícios educacionais em 50,5% (+31,9 milhões de CVE), id outras Correntes 12,7% (+5,1 milhões de CVE).

O valor da despesa por regularizar, em fevereiro situou-se na ordem dos 163,2 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Missões Diplomáticas e Postos Consulares, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

### **3.2.1. Ativos Não Financeiros**

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 426,1 milhões de CVE, registando uma variação positiva em termos absolutos, de 266,4 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2023.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” com uma execução de 261,3 milhões de CVE, “Construção da nova escola da Várzea” com uma execução de 36,3 milhões de CVE, “Fundo de Modernização da Justiça” com uma execução de 30,7 milhões de CVE, “Licença de aplicativos UTIC” com uma execução de 21,5 milhões de CVE, “Aquisição de bens e serviços” com uma execução de 12,0 milhões de CVE “FAP - Serviço de desenvolvimento do sector das Pescas” com uma execução de 6,2 milhões de CVE, “Reforço da luta contra as Doenças Prioritárias” com uma execução de 6,0 milhões de CVE, “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas” com uma execução de 4,8 milhões de CVE, “Construção do Posto Sanitário de Palmeira” com uma execução de 4,8 milhões de CVE, “Funcionamento - Hospital Central Agostinho Neto ” com uma execução de 4,3 milhões de CVE.

### **3.3. Por Tipo de Financiamento**

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 96,5% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 3,5% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 141,9 milhões de CVE, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 77,0 milhões de CVE, a *Nama Facility-Giz* com 8,4 milhões de CVE, o EC Nações Unidas com 8,4 milhões de CVE, a O.M.S. com 8,4 milhões de CVE a União Europeia com 6,4 milhões de CVE, a Fundação *Calouste Gulbenkian* com 5,9 milhões de CVE, o *Global Environment Fund* com 3,9 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam, a 99,7 milhões de CVE, equivalente a 29,5% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para programas, com destaque a “Desenvolvimento do Capital Humano” (23,5 milhões de CVE), “Cabo Verde Plataforma Turismo” (21,1 milhões de CVE), “Programa Sistema de Informação para o Desenvolvimento Sustentável” (17,9 milhões de CVE), “Modernização do Estado e da Administração Pública” (10,9 milhões de CVE) e “Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação” (6,6 milhões de CVE).

**Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento**

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Fevereiro	Grau Exec.	Peso %
<b>Interno</b>	<b>73 124</b>	<b>9 192</b>	<b>12,6</b>	<b>96,5</b>
Tesouro (Rec. Int.)	71 753	9 192	12,8	100,0
OFN	1 371	0	0,0	0,0
<b>Externo</b>	<b>12 824</b>	<b>338</b>	<b>2,6</b>	<b>3,5</b>
Donativo	4 394	142	3,2	42,0
Empréstimo	8 388	100	1,2	29,5
Ajuda alimentar	42	96	228,7	28,4
<b>Total da Despesa</b>	<b>85 949</b>	<b>9 530</b>	<b>11,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

#### 4. Dívida Pública

Em 29 de fevereiro de 2024, o stock da dívida pública, atingiu o montante de 300.040,9 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 97.540,4 milhões de CVE (34,1% do PIB) e à dívida externa

## Síntese de Execução Orçamental – fevereiro 2024

---

202.500,6 milhões de CVE (70,7% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB<sup>1</sup> atingiu os 104,8%, cerca de 9,6 p.p. abaixo do registado em fevereiro de 2023.

### Quadro 5 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	fevereiro 23	fevereiro 24	Var. Hom	% PIB/23	% PIB/24
<b>Estoque Global</b>	<b>297 393,2</b>	<b>300 040,9</b>	<b>0,9</b>	<b>114,4</b>	<b>104,8</b>
Dívida Interna	91 290,9	97 540,4	6,8	35,1	34,1
Dívida Externa	206 102,3	202 500,6	-1,7	79,3	70,7

Fonte: MFFE/ DGT

---

<sup>1</sup> Considerou-se o *rebasings* do PIB.